



Universidade do Minho

MANUTENÇÃO DO SISTEMA CCTV DE VIDEOVIGILANCIA



Universidade do Minho

CONCURSO PÚBLICO

N.º DTSI-06/2020

MANUTENÇÃO DO SISTEMA CCTV DE VIDEOVIGILANCIA

CADERNO DE ENCARGOS

Conteúdo

Parte I	3
Capítulo I Disposições gerais.....	3
Cláusula 1.ª Objeto	3
Cláusula 2.ª Partes integrantes do contrato	3
Cláusula 3.ª Visita às instalações	4
Cláusula 4.ª Prazo de execução do contrato.....	4
Capítulo II Obrigações contratuais	4
Secção I Obrigações do adjudicatário	4
Cláusula 5.ª Obrigações principais do adjudicatário	4
Cláusula 6.ª Materiais, consumíveis e peças para utilização na manutenção	5
Cláusula 7.ª Conformidade e operacionalidade dos Serviços	5
Cláusula 8.ª Dever de sigilo	6
Secção II Obrigações da entidade adjudicante	6
Cláusula 9.ª Preço base.....	6
Cláusula 10.ª Condições de pagamento	6
Capítulo III Incumprimento do contrato.....	7
Cláusula 11.ª Penalidades Contratuais	7
Cláusula 13.ª Resolução do contrato por iniciativa da entidade adjudicante	8
Cláusula 14.ª Resolução por iniciativa do adjudicatário.....	8
Cláusula 15.ª Subcontratação e cessão da posição contratual	8
Cláusula 16.ª Comunicações e notificações	9
Cláusula 17.ª Gestor do Contrato	9
Cláusula 18.ª Foro Competente	9
Cláusula 19.ª Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante	9
Cláusula 20.ª Legislação aplicável	9
Parte II – Cláusulas e Especificações Técnicas	10
Cláusula 21.ª Âmbito.....	10
Cláusula 22.ª Especificações técnicas.....	10
Características da intervenção preventiva	11

Cláusula 23. ^a Características das intervenções corretivas	11
Cláusula 24. ^a Características das intervenções de expansão	11
Cláusula 25. ^a Periodicidade das intervenções	12
Cláusula 26. ^a Seguro de responsabilidade civil.....	12

Parte I

Capítulo I **Disposições gerais**

Cláusula 1.^a

Objeto

1.O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal, a aquisição de serviços de manutenção preventiva, corretiva e de expansão do atual sistema de Videovigilância (CCTV) composto por diversas camaras do exterior e de interior de tecnologia IP ou coaxial e de um conjunto de gravadores, pelo período de 1 ano, nos termos, condições e com as características dele constantes, bem como de acordo com a descrição constante da Parte II – Cláusulas e Especificações Técnicas.

2. Os serviços a prestar ao abrigo de cada capítulo constam, respetivamente, da Parte II – Cláusulas e Especificações Técnicas, do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.^a

Partes integrantes do contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Visita às instalações

1. Os interessados podem realizar visitas às instalações da Universidade do Minho, entre a data da publicação do anúncio e a data de entrega das propostas.
2. Para os efeitos do previsto no número anterior, os interessados devem solicitar o agendamento da visita, pelo endereço eletrónico dtsi@reitoria.uminho.pt, com a dos dias em que o pretendem fazer.

Cláusula 4.ª

Prazo de execução do contrato

1. O contrato terá início na data da sua celebração e mantém-se em vigor pelo período de 1 ano, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do adjudicatário

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos, nomeadamente nas especificações técnicas ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:
 - a) Prestar de acordo com o caderno de encargos o serviço de suporte técnico ao sistema de Videovigilância (CCTV) da Universidade do Minho;
 - b) Indicação do site, email e número de telefone direto do serviço de atendimento do suporte do adjudicatário;
 - c) As intervenções de assistência corretiva em caso de paragem ou funcionamento anormal dos equipamentos serão efetuadas de segunda a sexta-feira entre as 9:00h e as 18:00h, sendo descontado o tempo da intervenção do pacote de horas adquirido para o efeito, não podendo o tempo de resposta a qualquer pedido de intervenção ser superior a 4 (quatro) horas úteis;
 - d) As intervenções de expansão do atual sistema de CCTV têm de ser agendadas entre a Universidade do Minho e o adjudicatário por email com a indicação a data de início da intervenção e tempo que será descontado do pack de horas adquirido. O início da execução da instalação não poderá ultrapassar os 5 dias úteis da data de envio do email, sendo que, esta terá de ser efetuada de segunda a sexta-feira das 9:00h às 18:00h;

- e) A Universidade do Minho fornecerá os equipamentos (câmaras e gravadores) a instalar bem como ponto de rede e ponto de energia quando necessário, cabendo à empresa a colocação do restante material necessário à intervenção.
- f) A prestação do serviço de intervenção preventiva, deve ser realizada em datas a combinar, de segunda a sexta-feira das 9:00h às 18:00h;
- g) Inclusão de todos os materiais e consumíveis utilizados na manutenção preventiva;
- h) Executar a prestação dos serviços que lhe for adjudicada, com observância das normas vigentes e que se relacionem com a prestação dos serviços em causa, e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- i) Cumprir todas as condições fixadas para a prestação dos serviços;
- j) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Universidade do Minho;
- k) Prestar as informações que forem solicitadas pela Universidade do Minho;
- l) Comunicar à Universidade do Minho, no prazo de 15 dias após a respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação dos serviços contratados;
- m) Ter ao seu serviço pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação técnica;
- n) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica ou situação comercial, bem como as alterações aos contratos e moradas indicadas no contrato para a sua gestão.

2. O adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das prestações contratuais a que está obrigado.

Cláusula 6.^a

Materiais, consumíveis e peças para utilização na manutenção

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, o prestador de serviços devesa incluir no preço a pagar materiais e consumíveis específicos do sistema de controlo de acessos para a execução das tarefas de manutenção preventiva ou corretiva desde que corretamente identificados.
2. Todas as peças para reparação e/ou substituição serão objeto de elaboração de orçamento por parte do prestador de serviço e apresentado à Universidade do Minho no prazo máximo de três dias úteis para análise.

Cláusula 7.^a

Conformidade e operacionalidade dos Serviços

1. Sem prejuízo de outras diligências especialmente previstas nas condições técnicas, uma vez prestados os serviços objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede no prazo máximo de 5 dias à análise qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos reúnem as características e requisitos técnicos e operacionais definidos na parte II do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve prestar à Universidade do Minho toda a cooperação e esclarecimentos necessários.
3. No caso da análise a que se refere o nº 1 não comprovar a total operacionalidade dos serviços prestados, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características e

requisitos técnicos definidos na parte II ao presente caderno de encargos, a Universidade do Minho informará, por escrito, o adjudicatário.

4. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa, no prazo razoável que for determinado pela Universidade do Minho, às diligências necessárias para garantir a operacionalidade dos serviços e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a Universidade do Minho procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

6. Caso a análise a que se refere o n.º 1 comprove a total operacionalidade dos serviços prestados, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características e requisitos técnicos definidos na parte II ao presente caderno de encargos, será emitida no prazo máximo de 10 dias, a contar do termo dessa análise, uma Declaração de Aceitação pela Universidade do Minho.

Cláusula 8.^a

Dever de sigilo

1. O adjudicatário deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possa ter conhecimento no âmbito da execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa em contrário pela UMinho, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 9.^a

Preço base

1. O preço base do presente procedimento é estabelecido em 12.000,00€ (doze mil euros), sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se propõe a pagar por todas as prestações objeto do contrato, nos termos do n.º 1 do artigo 47º do Código dos Contratos Públicos.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 10.^a

Condições de pagamento

1. O pagamento da quantia devida pela Universidade do Minho, nos termos da cláusula anterior, será realizado mensalmente, devendo a correspondente fatura ser entregue na Direção Financeira e Patrimonial até ao dia 8 do

mês seguinte àquele que respeita, sendo que estas devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pela Universidade do Minho das respetivas faturas.

2.O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, os custos com alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças

3. Para os efeitos do número anterior só serão devidos os valores referentes aos serviços efetivamente prestados, em conformidade com n.º 6 da cláusula 6ª do Caderno de Encargos.

4.Em caso de discordância por parte da Universidade do Minho, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a entidade adjudicatária obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária

6. Independentemente do referido nos números anteriores o pagamento a efetuar ao abrigo do contrato só será efetuado depois de verificados todos os formalismos legais a que obedece a despesa pública

Capítulo III

Incumprimento do contrato

Cláusula 11.ª

Penalidades Contratuais

1– Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, por razões imputáveis ao adjudicatário, podem ser aplicáveis penalidades contratuais, a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos do artigo 329.º do CCP.

2– No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e, por razões imputáveis ao adjudicatário, corresponde a aplicação de uma penalidade, calculada da forma seguinte:

a) se o adjudicatário não cumprir os prazos contratualmente estabelecidos, acrescidos de prorrogações gratuitas ou legais, ser-lhe-á aplicada, até à completa disponibilização do bem/prestação dos serviços, ou até à rescisão do contrato, a seguinte multa contratual

a.1) uma multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor da adjudicação, nos primeiros dez dias de atraso.

a.2) uma multa diária de 1% (um por cento) do valor da adjudicação, a partir do décimo primeiro dia de atraso.

3– A acumulação de penas pecuniárias a que se refere a presente cláusula não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do direito de resolução do contrato nos termos legais.

4– A UMinho pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula

5– As penas pecuniárias eventualmente aplicáveis ao adjudicatário não obstam a que a UMinho exija uma indemnização pelo dano excedente.

6– Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias devidas pela UMinho, o adjudicatário tem direito juros de mora sobre o montante em dívida, à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP.

Cláusula 12.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, que se reconduzem expressamente a tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, exceto as que resultem de incumprimentos de deveres e normas legais a que está obrigado.

2. A parte que invoca casos fortuitos ou de força maior deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.^a

Resolução do contrato por iniciativa da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Universidade do Minho pode resolver o contrato no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 14.^a

Resolução por iniciativa do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 17.^a.
3. No caso previsto no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 15.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

O adjudicatário não poderá subcontratar ou ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia e por escrito da Universidade do Minho e nos termos do previsto no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.^a

Comunicações e notificações

- 1.Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às comunicações e notificações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a sede de cada uma, identificada no contrato.
- 2.Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17.^a

Gestor do Contrato

- 1.O contraente público designará um Gestor do Contrato, com a função de acompanhamento permanente da execução do contrato a realizar, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.
- 2.Cabe ao gestor do contrato exercer as competências que sejam atribuídas pelo contraente público, em matéria de acompanhamento da execução e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo adjudicatário.
- 3.No desempenho das suas funções o Gestor do Contrato tem direito de acesso e consulta a toda a documentação relacionada com as atividades objeto do presente procedimento.
- 4.Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
- 5.O adjudicatário obriga-se a cooperar com o Gestor do Contrato, designado pelo contraente público, na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo.
- 6.Para o presente contrato foi designado pelo órgão competente para a função de Gestor do Contrato, António Pedro Sampaio de Palhares Marinho Falcão, por possuir os conhecimentos técnicos necessários para a função a desempenhar.

Cláusula 18.^a

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de círculo de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.^a

Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, nos termos do Artigo 12.º, o cocontratante deverá ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 318.º-A do CCP”

Cláusula 20.^a

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislações específicas aplicáveis.

Parte II – Cláusulas e Especificações Técnicas

Cláusula 21.^a

Âmbito

1. A Universidade do Minho tem instalados no interior e exterior nos seus edifícios um conjunto de 250 câmaras de CCTV (186 instaladas e 64 em stock) das marcas Mazi, Hikvision, Zavio, Arecont, Dynacolor e um conjunto de 27 gravadores (18 instalados e 9 em stock) das marcas Mazi, Hikvision, AVER, Provision, Dahua, NUUO, para os quais pretende efetuar um contrato de manutenção preventiva, corretiva e de expansão do atual sistema.
2. O contrato tem de incluir a execução de uma manutenção preventiva, sendo que esta deve ser realizada em datas a combinar, de segunda a sexta-feira das 9:00h às 18:00h.
- 3- O contrato tem de incluir um pacote de 70 horas, independentemente do número de técnicos que componham a equipa, que permita à Universidade do Minho gerir a sua distribuição, entre manutenções corretivas e/ou de instalação de novos equipamentos de CCTV (câmaras ou gravadores).

Cláusula 22.^a

Especificações técnicas

Tabela 1 – Locais de intervenção

1	Locais de intervenção	PE
1.1	Largo do Paço – Braga	Sim
1.2	Congregados – Braga	Sim
1.3	Arquivo distrital de Braga – (Abade Loureira) – Braga	Não
1.4	Campus de Gualtar – Braga	Não
1.5	Campus de Azurém – Guimarães	Não
1.6	Campus de Couros – Guimarães	Não

PE.: é necessária uma plataforma elevatória para algumas câmaras

Tabela 2 – Horário das intervenções Técnicas

2	Horário das intervenções Técnicas
2.1	De segunda-feira a sexta-feira
2.2	Das 9:00 às 18:00 horas

Tabela 3 – Intervenções Técnicas Corretivas e de Expansão

3	Intervenções Técnicas Corretivas e de Expansão
3.1	Devem ser incluídos no pack de 70 horas a adquirir, os custos de deslocação, mão de obra de um ou mais técnicos e instalação de componentes e acessórios a serem substituídos no âmbito da intervenção corretiva ou de expansão
3.2	Aceitação do pedido de intervenção, por canal telefónico, mail ou site de suporte do adjudicatário entre as 09:00 e as 18:00 em qualquer dia útil
3.3	Tempo de resposta (SLA) - Até 4 horas uteis após receção de um pedido de manutenção corretiva
3.4	Tempo de resposta (SLA) - Até 5 dias uteis após receção de um pedido de manutenção de expansão
3.5	É da responsabilidade da Universidade do Minho a manutenção de um stock de componentes e acessórios (câmaras, suportes, gravadores e power-injectors) necessários às manutenções corretivas e de expansão

Tabela 4 – Intervenção Técnica Preventiva Anual

4	Intervenção Técnica Preventiva Anual
4.1	Devem ser incluídos os custos de deslocação, mão de obra e instalação de componentes e acessórios a serem substituídos no âmbito da intervenção preventiva
4.2	A prestação de serviços de intervenção preventiva, deve ser realizada em datas a combinar, de segunda a sexta-feira das 9:00h às 18:00h;

4.3	É da responsabilidade da Universidade do Minho a manutenção de um stock de componentes e acessórios (câmaras, suportes, gravadores e power-injectors) para substituição em caso de avaria
4.4	Inclusão no preço a pagar de todos os produtos e materiais utilizados na manutenção preventiva

Características da intervenção preventiva

1. Elaboração do plano de manutenção preventiva;
2. Para cada câmara têm de ser efetuados obrigatoriamente os seguintes procedimentos:
 - a) Limpeza da cúpula de uma dome (ou do vidro se for uma bullet);
 - b) Fixação e reposição do correcto posicionamento de cada câmara, contactando nesse momento a equipa de segurança ou o gestor de contrato para validar o seu correto posicionamento;
 - c) Verificação das ligações físicas entre as cablagens e as câmaras;
 - d) Ajustar parâmetros das câmaras para uma melhor visualização, contactando nesse momento a equipa de segurança ou o gestor de contrato para validar o seu correto visionamento;
 - e) Regulação das lentes no caso de as câmaras serem varifocais, contactando nesse momento a equipa de segurança ou o gestor de contrato para validar o seu correto visionamento;
 - f) Verificação do estado do suporte da câmara;
 - g) Realização de outros testes que o adjudicatário acho necessários para averiguar o bom estado das câmaras e seus componentes.
3. Para cada gravador têm de ser efetuados os seguintes procedimentos:
 - a) Verificação do estado em que se encontram os gravadores;
 - b) Análise de erros dos discos dos gravadores;
 - c) As verificações dos gravadores serão acompanhadas por um técnico da DTSI.
 - d) Realização de outros testes que o adjudicatário acho necessários para averiguar o bom estado dos gravadores e seus componentes.
4. Realização e envio de Relatório por email para o gestor de contrato, no final da intervenção.

Cláusula 23.^a

Características das intervenções corretivas

1. Detecção e reparação de avaria, no caso da mesma não ficar resolvida no próprio dia, a reparação tem de continuar no início do dia útil seguinte, com a excepção de não existirem a(s) peça(s) necessárias à sua reparação em stock na Universidade do Minho;
2. Realização de ensaios de segurança dos equipamentos após reparação;
3. Realização e envio de Relatório por email para o gestor de contrato, onde têm de constar os números de série de ambos os equipamentos (removido/colocado), endereço IP, MAC address e porta de rede onde o equipamento está ligado (quando for o caso), no final de cada intervenção realizada.

Cláusula 24.^a

Características das intervenções de expansão

1. Proceder à instalação e configuração dos equipamentos, conforme solicitado por email pela Universidade do Minho;
2. Realização de ensaios de segurança dos equipamentos após instalação;

3. Realização e envio de Relatório por email para o gestor de contrato, onde têm de constar os números de série dos equipamentos instalados, endereço IP, MAC address e porta de rede onde o equipamento está ligado (quando for o caso), no final de cada intervenção realizada.

Cláusula 25.^a

Periodicidade das intervenções

1. A intervenção preventiva terá de ser realizada em datas a combinar, de segunda a sexta-feira das 9:00h às 18:00h de acordo com calendário a definir pelas partes sem prejuízo das ocorrências associadas às intervenções corretivas ou de expansão as quais deverão obedecer às alíneas correspondentes, c) ou d) da Cláusula 4^a do Capítulo II.

Cláusula 26.^a

Seguro de responsabilidade civil

O prestador de serviços é obrigado a assegurar a existência e manutenção em vigor de um seguro de responsabilidade civil adequado ao exercício da atividade, nos termos e nas condições estabelecidas na legislação em vigor e demais legislação aplicável.